

PLANEJAMENTO REGIONAL E AS ESTRATÉGIAS PARA A SUSTENTABILIDADE E GESTÃO EFICIENTE DOS RECURSOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

REGIONAL PLANNING AND STRATEGIES FOR SUSTAINABILITY AND EFFICIENT RESOURCE MANAGEMENT: AN INTEGRATIVE REVIEW

PLANIFICACIÓN REGIONAL Y ESTRATEGIAS PARA LA SOSTENIBILIDAD Y LA GESTIÓN EFICIENTE DE LOS RECURSOS: UNA REVISIÓN INTEGRADORA

Beatriz da Silva Rosa Conti Pinho¹, Antonio Fluminhan², José Leal Rodrigues³, Fabiana Rodrigues de Almeida⁴, Roberval Pinto de Carvalho Junior⁵, Denis Moura de Oliveira Rocha⁶, Caio Vinicius Ribeiro Mota⁷, Bárbara Virgínia Rodrigues Araújo⁸, Edinan Antônio Soares⁹, Lucas Moraes Lima Alencar¹⁰, Gil Alves dos Santos Junior¹¹

DOI: 10.54899/dcs.v23i87.4745

Recibido: 23/01/2026 | Aceptado: 20/02/2026 | Publicación en línea: 25/02/2026.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar estratégias de planejamento regional voltadas para o desenvolvimento sustentável e a gestão eficiente dos recursos, investigando como políticas públicas e instrumentos normativos contribuem para a integração das dimensões ambiental, social e econômica. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa da literatura, utilizando a estratégia PICO para definição da pergunta de pesquisa, seguindo as diretrizes PRISMA para condução sistemática da busca, e selecionando artigos disponíveis nas bases SciELO, Scopus,

¹ Pós-graduada em Ciências Contábeis, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: beatrizrosa.2705@gmail.com

² Doutor em Ciências Agrícolas, Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista (FCAV-UNESP), Jaboticabal, São Paulo, Brasil. E-mail: antoniofluminhan@gmail.com

³ Doutor em Ciências – Química, Instituto Federal do Maranhão (IFMA), Grajaú, Maranhão, Brasil.

E-mail: jose.rodrigues@ifma.edu.br

⁴ Doutora em Políticas Públicas, Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, Piauí, Brasil.

E-mail: fabianaalmeida@ufpi.edu.br

⁵ Graduado em Engenharia de Pesca, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Paulo Afonso, Bahia, Brasil.

E-mail: engrobjr@gmail.com

⁶ Mestrando em Gestão e Políticas Públicas, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Manaus, Amazonas, Brasil.

E-mail: denisrocha10@yahoo.com.br

⁷ Graduado em Licenciatura em Geografia, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: caio_fsa15@outlook.com.br

⁸ Especialista em Planejamento Educacional com Política, Universidade Faculdade Santíssimo Sacramento (UFSS), Alagoinhas, Bahia, Brasil. E-mail: barbaraaraujo1@live.com

⁹ Especialista em Sustentabilidade - Conforto Ambiental, Eficiência Energética e Tecnologias Construtivas Sustentáveis, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

E-mail: edinan.soares@gmail.com

¹⁰ Pós-Graduado em Gestão Pública, Faculdade Focus, Cascavel, Paraná, Brasil.

E-mail: lucas.moraes@tce.am.gov.br

¹¹ Especialista em Engenharia Ambiental e Urbana, Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA), Teresina, Piauí, Brasil. E-mail: prof.giljunior@gmail.com

DOAJ e Google Acadêmico, com palavras-chave relacionadas ao tema e operadores booleanos; foram incluídos estudos publicados em português, de autoria brasileira, gratuitos, completos e publicados entre 2023 e 2024. Os resultados indicam que, embora os planos diretores e iniciativas regionais estejam cada vez mais alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a eficácia das políticas depende da capacidade institucional, da governança participativa, do uso de indicadores e dados confiáveis, bem como da articulação entre diferentes níveis de governo e da sociedade civil, sendo a integração desses elementos essencial para que o planejamento regional se traduza em ações concretas que promovam desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos.

Palavras-chave: Planejamento Regional. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze regional planning strategies aimed at sustainable development and efficient resource management, investigating how public policies and regulatory instruments contribute to the integration of environmental, social, and economic dimensions. To this end, an integrative literature review was conducted using the PICO strategy to define the research question, following the PRISMA guidelines for systematic search, and selecting articles available in the SciELO, Scopus, DOAJ, and Google Scholar databases, with keywords related to the theme and Boolean operators. Studies published in Portuguese, authored by Brazilians, free of charge, complete, and published between 2023 and 2024 were included. The results indicate that, although master plans and regional initiatives are increasingly aligned with the Sustainable Development Goals, the effectiveness of policies depends on institutional capacity, participatory governance, the use of reliable indicators and data, as well as coordination between different levels of government and civil society. The integration of these elements is essential for regional planning to translate into concrete actions that promote sustainable development and efficient resource management.

Keywords: Regional Planning. Environment. Sustainability.

RESUMEN

El presente estudio tuvo como objetivo analizar estrategias de planificación regional orientadas al desarrollo sostenible y la gestión eficiente de los recursos, investigando cómo las políticas públicas y los instrumentos normativos contribuyen a la integración de las dimensiones ambiental, social y económica. Para ello, se realizó una revisión integradora de la literatura, utilizando la estrategia PICO para definir la pregunta de investigación, siguiendo las directrices PRISMA para la realización sistemática de la búsqueda y seleccionando artículos disponibles en las bases SciELO, Scopus, DOAJ y Google Académico, con palabras clave relacionadas con el tema y operadores booleanos. Se incluyeron estudios publicados en portugués, de autores brasileños, gratuitos, completos y publicados entre 2023 y 2024. Los resultados indican que, aunque los planes maestros y las iniciativas regionales están cada vez más alineados con los Objetivos de Desarrollo Sostenible, la eficacia de las políticas depende de la capacidad institucional, la gobernanza participativa, el uso de indicadores y datos fiables, así como de la articulación entre los diferentes niveles de gobierno y la sociedad civil, siendo la integración de estos elementos esencial para que la planificación regional se traduzca en acciones concretas que promuevan el desarrollo sostenible y la gestión eficiente de los recursos.

Palabras clave: Planificación Regional. Medio Ambiente. Sostenibilidad.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a temática do planejamento regional e sustentabilidade, focando nas estratégias que visam promover o desenvolvimento sustentável e a gestão eficiente dos recursos naturais e socioeconômicos. O estudo se concentra em compreender como políticas, instrumentos e práticas de planejamento territorial podem contribuir para o equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e bem-estar social. Essa investigação se justifica pela necessidade crescente de soluções integradas que contemplem múltiplos fatores, desde a distribuição populacional até a utilização racional de recursos naturais.

A abordagem desta pesquisa delimita-se à análise de estratégias de planejamento regional em contextos urbanos e rurais, considerando a interação entre os diferentes níveis de governo, atores privados e comunidades locais. O estudo se restringe, portanto, às ações e políticas voltadas para a sustentabilidade, evitando abordagens puramente econômicas ou ambientais isoladas, privilegiando a visão integrada do desenvolvimento territorial como um sistema complexo.

Historicamente, o conceito de planejamento regional surgiu como uma resposta à industrialização e urbanização acelerada, quando a necessidade de organizar o espaço geográfico passou a ser percebida como crucial para o crescimento ordenado das cidades e regiões. No século XX, a expansão urbana descontrolada e a concentração populacional em grandes centros evidenciaram a importância de políticas que considerassem fatores sociais, econômicos e ambientais de forma coordenada.

No contexto histórico brasileiro, a prática do planejamento regional ganhou força a partir da década de 1960, com a implementação de programas de desenvolvimento integrados em diferentes regiões do país. Políticas de infraestrutura, incentivos econômicos e criação de zonas de planejamento estratégico evidenciam a tentativa do Estado de promover um crescimento mais equilibrado, embora os desafios de desigualdade e ocupação desordenada permanecessem significativos.

O tema da sustentabilidade, inserido no planejamento regional, destaca-se como um eixo central para a manutenção dos recursos naturais e para a garantia da qualidade de vida das populações. Sustentabilidade, neste sentido, não se limita à preservação ambiental, mas também engloba dimensões econômicas e sociais, promovendo a eficiência no uso de recursos, redução de impactos negativos e integração das comunidades locais nos processos decisórios.

Além disso, o planejamento regional sustentável busca estabelecer estratégias que conciliem desenvolvimento econômico e conservação ambiental, como o zoneamento ecológico-econômico, incentivo à agricultura sustentável, gestão de resíduos e políticas de mobilidade urbana. Essas ações permitem uma utilização mais consciente dos recursos, contribuindo para a resiliência das regiões frente às mudanças climáticas e à pressão populacional.

Entretanto, um problema central identificado é a dificuldade de implementação de políticas integradas e eficazes, devido à fragmentação institucional, limitações orçamentárias e conflitos de interesses entre diferentes atores regionais. Essa lacuna entre planejamento e execução evidencia a necessidade de instrumentos de governança mais eficientes e de uma maior participação da sociedade civil nos processos decisórios.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: Como o planejamento regional pode promover estratégias eficazes de desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos em diferentes regiões? Assim, o objetivo desta pesquisa foi analisar as práticas de planejamento regional que contribuem para o desenvolvimento sustentável, identificando os desafios, estratégias e resultados associados à gestão eficiente dos recursos naturais e socioeconômicos.

A relevância deste estudo reside na contribuição para a compreensão de como políticas e estratégias de planejamento regional podem apoiar o desenvolvimento sustentável, fornecendo subsídios teóricos e práticos para gestores públicos, planejadores urbanos, pesquisadores e demais interessados em criar regiões mais equilibradas, resilientes e socialmente justas, promovendo o uso racional dos recursos e a qualidade de vida das populações.

MÉTODOS

A presente pesquisa utilizou como abordagem metodológica a revisão integrativa, que permite reunir, avaliar e sintetizar conhecimentos disponíveis sobre planejamento regional e sustentabilidade. Esse tipo de revisão possibilita uma compreensão ampla do tema, combinando

estudos teóricos e empíricos, com foco em identificar padrões, lacunas e contribuições relevantes para o desenvolvimento sustentável e gestão eficiente dos recursos (Lima *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2024; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Lima *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2025).

Para orientar a formulação da pergunta de pesquisa e a busca de evidências, foi adotada a estratégia PICO, que consiste na definição de quatro elementos essenciais: População (P), Intervenção (I), Comparação (C) e Outcome – resultado (O). No contexto deste estudo, a população engloba regiões e comunidades analisadas em estudos sobre planejamento sustentável; a intervenção refere-se às estratégias de planejamento regional; a comparação considera diferentes abordagens ou regiões; e o resultado foca em indicadores de desenvolvimento sustentável e eficiência na gestão de recursos.

A pesquisa seguiu ainda as diretrizes PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses), garantindo transparência e rigor na condução da revisão. Foram realizados procedimentos sistemáticos, incluindo a definição de critérios de elegibilidade, a busca estruturada em bases de dados, a seleção de estudos por leitura de títulos, resumos e textos completos, além da extração e síntese dos dados relevantes, documentando todo o processo de forma replicável.

As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Scopus, DOAJ e Google Acadêmico, selecionadas por sua abrangência e relevância no contexto científico nacional e internacional. Essas fontes permitiram acessar artigos revisados por pares, relatórios e publicações científicas que contemplam as temáticas de planejamento regional, sustentabilidade e gestão de recursos.

Foram utilizadas palavras-chave específicas relacionadas ao tema, combinadas com operadores booleanos (AND, OR, NOT) para refinar os resultados e assegurar que os estudos selecionados fossem relevantes para os objetivos da pesquisa. Essa estratégia permitiu identificar artigos que abordassem diretamente a integração entre planejamento regional e sustentabilidade, bem como diferentes estratégias de gestão eficiente dos recursos.

Os critérios de inclusão adotados abrangeram artigos publicados em português, de autoria brasileira, de acesso gratuito e completo, e publicados entre 2023 e 2024. Essa delimitação temporal buscou garantir a contemporaneidade dos dados analisados, refletindo as práticas, políticas e estratégias mais recentes relacionadas ao planejamento regional sustentável no Brasil.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

A tabela 1 evidencia os artigos selecionados após a revisão integrativa.

Tabela 1. Artigos selecionados			
Autores	Objetivo	Método	Principais Resultados
Kloth, Staloch & Goetten (2024)	Analisar a implementação de métricas relacionadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na análise do planejamento territorial de municípios de Santa Catarina.	Estudo documental com análise de métricas aplicadas aos planos diretores municipais.	Identificou lacunas na integração dos ODS nos planos diretores, destacando a necessidade de indicadores mais claros e métricas eficazes para promover sustentabilidade regional.
Farias & Monte (2024)	Analisar como o plano diretor urbano incorpora as quatro dimensões da sustentabilidade em município de pequeno porte.	Estudo de caso qualitativo com pesquisa documental e observações de campo.	Revelou que instrumentos ambientais são mais completos, enquanto aspectos socioculturais, econômicos e institucionais apresentam desafios e pouca implementação prática.
Zanini, Pereira & Pereira (2023)	Investigar a agenda ambiental na administração pública de capitais brasileiras signatárias do Programa Cidades Sustentáveis.	Abordagem qualitativa com coleta de dados em documentos oficiais de administrações municipais.	Mostrou que a agenda ambiental contribui para sustentabilidade local, mas enfrenta limitações na governança e implementação de políticas públicas.
Monteiro, da Mata & Padilha (2024)	Avaliar como a iniciativa AdaptaCidades contribui para a resiliência urbana frente às mudanças climáticas no Brasil.	Análise qualitativa de políticas públicas e iniciativas governamentais.	Identificou que a iniciativa fortalece capacidades urbanas adaptativas, mas enfrenta barreiras institucionais que dificultam sua aplicação em algumas cidades.
Damas, Hirashima & Ferreira (2024)	Explorar os mapas climáticos urbanos e recomendações ambientais sob a perspectiva de desenvolvimento regional no Brasil.	Estudo exploratório com análise de dados climáticos e de planejamento urbano.	Evidenciou que recomendações climáticas podem fortalecer políticas sustentáveis de território e planejamento urbano regional.
Rocha Neto (2023)	Discutir a governança como fator para o desenvolvimento da Amazônia dentro da temática de sustentabilidade e regionalidade.	Análise conceitual e qualitativa de literatura e políticas públicas.	Enfatizou a importância da governança para sustentabilidade regional, destacando desafios institucionais e necessidade de integração de atores sociais.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise dos estudos selecionados evidencia diferentes abordagens e resultados sobre planejamento regional e sustentabilidade no contexto brasileiro. Um ponto convergente entre os

autores é a ênfase na importância da integração entre dimensões ambientais, sociais e econômicas no planejamento territorial. Kloth, Staloch e Goetten (2024) destacam que, embora os planos diretores municipais estejam cada vez mais alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, há variações significativas entre municípios, refletindo desigualdades na capacidade institucional e nos processos de governança.

Farias e Monte (2024) corroboram essa percepção, mostrando que, mesmo quando os planos diretores contemplam formalmente as quatro dimensões da sustentabilidade, a implementação prática ainda enfrenta barreiras, especialmente nos aspectos socioeconômicos e culturais. Isso evidencia que a presença de instrumentos legais não garante, por si só, resultados efetivos, sendo necessário um monitoramento contínuo e estratégias de execução mais robustas.

Zanini, Pereira e Pereira (2023) complementam essa perspectiva, enfatizando que a agenda ambiental nas cidades brasileiras depende da interação entre planejamento municipal e políticas públicas nacionais, com resultados frequentemente limitados por lacunas na governança local. A pesquisa desses autores indica que, sem mecanismos de acompanhamento e articulação interinstitucional, os planos de sustentabilidade podem permanecer meramente declaratórios.

Monteiro, da Mata e Padilha (2024) destacam, por sua vez, a importância de iniciativas como o AdaptaCidades, que promovem a resiliência urbana frente às mudanças climáticas, evidenciando que estratégias adaptativas bem estruturadas contribuem significativamente para a sustentabilidade regional. No entanto, eles também apontam que barreiras institucionais e a fragmentação administrativa ainda dificultam a aplicação uniforme dessas políticas em diferentes cidades.

Damas, Hirashima e Ferreira (2024) trazem uma contribuição complementar, analisando mapas climáticos urbanos e recomendações ambientais no planejamento regional. Eles ressaltam que a disponibilidade de dados climáticos e ambientais detalhados permite a criação de políticas mais precisas e direcionadas, fortalecendo o planejamento sustentável e a gestão eficiente dos recursos naturais.

Rocha Neto (2023) aborda a governança como fator crítico para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, destacando que a integração entre atores sociais, órgãos públicos e comunidades locais é essencial para superar desafios estruturais e garantir que políticas de sustentabilidade produzam efeitos concretos no território. Essa visão reforça a importância da governança inclusiva para a eficácia do planejamento regional.

Uma convergência central entre todos os autores é a constatação de que o planejamento

regional sustentável não pode se limitar à criação de planos ou instrumentos legais. É necessário garantir a execução efetiva das ações propostas, com mecanismos de monitoramento, avaliação de resultados e retroalimentação das políticas a partir de evidências empíricas e participação social ativa.

Os estudos também indicam que a participação social é um fator determinante. Farias e Monte (2024) mostram que planos elaborados de forma participativa apresentam maior aderência às necessidades locais e maior potencial de implementação prática, pois incorporam as percepções da comunidade e as particularidades socioeconômicas da região.

A análise comparativa revela que municípios menores ou com maior integração regional tendem a apresentar melhores resultados na implementação de estratégias de sustentabilidade, como observado por Kloth, Staloch e Goetten (2024). Isso sugere que capacidade institucional, cooperação intermunicipal e recursos técnicos e financeiros são fatores críticos para o sucesso do planejamento sustentável.

Zanini, Pereira e Pereira (2023) reforçam que a presença de políticas ambientais formalizadas, quando não acompanhadas de mecanismos de governança, resulta em uma eficácia limitada, o que evidencia a necessidade de integração entre instrumentos normativos e execução prática.

Monteiro, da Mata e Padilha (2024) ampliam essa discussão ao abordar a importância das estratégias adaptativas frente às mudanças climáticas, indicando que a sustentabilidade regional depende não apenas de planejamento reativo, mas também de políticas proativas e preventivas, capazes de reduzir vulnerabilidades e aumentar a resiliência territorial.

Damas, Hirashima e Ferreira (2024) reforçam que dados precisos sobre clima e ambiente permitem a criação de planos mais realistas e contextualizados, tornando possível alocar recursos de forma eficiente e priorizar ações que gerem impactos concretos na sustentabilidade regional.

Rocha Neto (2023) destaca ainda que a governança, entendida como a capacidade de articular múltiplos atores e interesses, é essencial para que políticas de sustentabilidade deixem de ser apenas declarativas e se transformem em práticas concretas, especialmente em contextos complexos como o da Amazônia, onde conflitos de uso e diversidade de atores são intensos.

Os resultados indicam que lacunas na implementação de políticas sustentáveis podem ser atribuídas tanto à falta de capacitação e recursos locais quanto à fragmentação administrativa e à ausência de integração entre níveis de governo, apontando para a necessidade de fomentar cooperação e articulação interinstitucional como estratégia prioritária.

A análise detalhada dos estudos evidencia que os indicadores de sustentabilidade desempenham papel central na eficácia do planejamento regional. Kloth, Staloch e Goetten (2024) destacam que métricas claras e bem definidas permitem mensurar de forma objetiva o alinhamento dos planos diretores aos ODS, evidenciando lacunas ou avanços concretos. Esse uso de indicadores facilita comparações entre municípios e regiões, além de oferecer parâmetros para ajustes de políticas públicas.

Farias e Monte (2024) reforçam que a quantificação das dimensões socioeconômicas e ambientais é crucial, pois permite identificar áreas prioritárias de intervenção. O estudo mostra que, sem indicadores adequados, muitas ações planejadas permanecem apenas no papel, sem refletir mudanças reais na realidade urbana ou regional.

Zanini, Pereira e Pereira (2023) ressaltam que, no caso das capitais brasileiras signatárias do Programa Cidades Sustentáveis, a presença de indicadores ambientais nos planos municipais é muitas vezes insuficiente para orientar decisões práticas. Isso evidencia a necessidade de criar métricas mais integradas e contextualizadas, que considerem características locais e vulnerabilidades específicas.

Monteiro, da Mata e Padilha (2024) acrescentam que a integração de indicadores climáticos e de resiliência urbana permite que políticas preventivas sejam implementadas de forma estratégica. O uso de dados climáticos detalhados e ferramentas de análise territorial aumenta a capacidade de planejamento adaptativo, especialmente frente às mudanças climáticas e eventos extremos.

Damas, Hirashima e Ferreira (2024) enfatizam que os mapas climáticos urbanos, quando combinados com recomendações ambientais, oferecem instrumentos práticos para gestores e planejadores. A análise espacial detalhada contribui para priorizar investimentos, localizar áreas de risco e orientar políticas de uso do solo de maneira sustentável.

Rocha Neto (2023) destaca que, em contextos como a Amazônia, os indicadores precisam ser acompanhados de mecanismos de governança eficientes, pois somente medir resultados não garante a efetividade das ações. É necessário também que haja articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e comunidades locais para que as políticas sejam implementadas de forma integrada e efetiva.

Um ponto de convergência entre os estudos é que a governança participativa e inclusiva aumenta a probabilidade de sucesso do planejamento sustentável. Farias e Monte (2024) mostram que quando a população é envolvida na elaboração do plano diretor, aumenta-se a aderência das

ações às necessidades locais e a aceitação das políticas públicas.

Kloth, Staloch e Goetten (2024) complementam essa visão, indicando que municípios que incentivam conselhos municipais, audiências públicas e fóruns de discussão obtêm resultados mais efetivos na implementação de metas relacionadas aos ODS, pois há maior transparência e comprometimento social.

Zanini, Pereira e Pereira (2023) mostram que a falta de participação social em alguns municípios resulta em planos superficiais, que priorizam metas ambientais ou econômicas sem considerar impactos sociais, reduzindo a eficácia da sustentabilidade regional.

Monteiro, da Mata e Padilha (2024) reforçam que estratégias como o AdaptaCidades só atingem sua eficácia máxima quando há integração entre atores públicos e privados, sociedade civil e organizações não governamentais. Essa articulação permite que políticas adaptativas sejam mais flexíveis e ajustáveis a diferentes contextos urbanos.

Damas, Hirashima e Ferreira (2024) destacam que dados e recomendações ambientais precisam ser traduzidos em políticas operacionais, ou seja, os mapas e análises devem guiar decisões práticas sobre ocupação territorial, infraestrutura e gestão de recursos naturais. Sem essa operacionalização, a informação não se converte em resultados tangíveis.

Rocha Neto (2023) argumenta que, em regiões complexas como a Amazônia, a integração entre dados, indicadores e governança participativa é essencial para reduzir conflitos de uso do solo e promover uma gestão sustentável que considere múltiplos interesses, incluindo proteção ambiental e desenvolvimento socioeconômico.

A análise também evidencia que o porte e a capacidade institucional dos municípios influenciam diretamente os resultados. Kloth, Staloch e Goetten (2024) mostram que municípios menores ou com maior integração regional tendem a apresentar melhores indicadores de sustentabilidade, pois a articulação interinstitucional e a proximidade com a população facilitam a implementação das políticas.

Farias e Monte (2024) indicam que em cidades de pequeno porte, os planos diretores participativos permitem maior acompanhamento e ajustes mais rápidos, enquanto cidades maiores enfrentam desafios de coordenação, fragmentação administrativa e dispersão populacional.

Zanini, Pereira e Pereira (2023) reforçam que capitais brasileiras, embora possuam maior capacidade técnica, enfrentam desafios relacionados à burocracia e à complexidade de gestão, o que pode reduzir a eficácia das políticas sustentáveis quando comparadas a municípios menores

e mais integrados.

Monteiro, da Mata e Padilha (2024) argumentam que estratégias adaptativas e resilientes são particularmente relevantes para cidades médias e grandes, que enfrentam riscos climáticos mais intensos, mas sua implementação depende de planejamento integrado e coordenação entre diferentes níveis de governo.

Damas, Hirashima e Ferreira (2024) acrescentam que a disponibilidade de dados climáticos e ambientais detalhados fortalece a tomada de decisão, permitindo priorizar ações de forma eficiente e alocar recursos de forma estratégica, minimizando desperdícios e impactos negativos.

Rocha Neto (2023) enfatiza que, em regiões com alta complexidade socioambiental, como a Amazônia, é fundamental criar redes de cooperação entre municípios, órgãos governamentais e sociedade civil para implementar políticas de sustentabilidade eficazes, evitando conflitos e sobreposição de ações.

Todos os estudos convergem para a ideia de que planejamento, governança e dados confiáveis são pilares do desenvolvimento sustentável regional, sendo necessário articular esses elementos de maneira integrada. Políticas fragmentadas ou apenas declarativas não produzem os resultados esperados, enquanto abordagens participativas, baseadas em evidências e adaptativas tendem a gerar maior impacto positivo.

Kloth, Staloch e Goetten (2024) demonstram que a aplicação de métricas consistentes permite identificar falhas, potencializar recursos e melhorar o planejamento territorial. Essa abordagem evidencia a importância de indicadores claros e mensuráveis para orientar políticas públicas de forma objetiva.

Farias e Monte (2024) reforçam que o envolvimento da comunidade nos processos de decisão aumenta a legitimidade das políticas e facilita sua execução, transformando o planejamento em prática efetiva e não apenas formalidade administrativa.

Zanini, Pereira e Pereira (2023) apontam que, sem mecanismos de monitoramento, os planos de sustentabilidade podem se tornar instrumentos de retórica, sem impacto concreto no território. Portanto, o acompanhamento contínuo e a avaliação de resultados são essenciais para garantir a efetividade das políticas.

Monteiro, da Mata e Padilha (2024) destacam que iniciativas de adaptação urbana são mais eficientes quando há coordenação entre políticas preventivas e corretivas, combinando planejamento de longo prazo com respostas imediatas às demandas emergenciais.

Damas, Hirashima e Ferreira (2024) evidenciam que a tradução de dados técnicos em ações práticas é essencial para a sustentabilidade, permitindo que gestores e planejadores tomem decisões mais assertivas, maximizando impactos positivos e minimizando riscos.

Rocha Neto (2023) reforça que a governança inclusiva é o elemento integrador que permite articular dados, planejamento e participação social, transformando políticas declarativas em práticas sustentáveis concretas, especialmente em regiões de alta complexidade socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais desta pesquisa evidenciam que o planejamento regional sustentável é um processo complexo e multidimensional, que depende da articulação entre instrumentos normativos, governança participativa, dados confiáveis e indicadores claros. A análise dos seis estudos selecionados demonstra que, embora haja avanços significativos na formalização de políticas e planos diretores alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, persistem desafios na implementação prática e na execução efetiva das estratégias de sustentabilidade.

Os estudos indicam que a capacidade institucional dos municípios, aliada à participação ativa da sociedade civil, é determinante para o sucesso do planejamento regional. Municípios menores ou mais integrados regionalmente tendem a apresentar melhores resultados, pois a coordenação interinstitucional e a proximidade com a população facilitam a implementação de políticas de sustentabilidade.

Outro ponto relevante é a importância do uso estratégico de dados e indicadores para orientar decisões de planejamento. Ferramentas como métricas de aderência aos ODS, mapas climáticos urbanos e análises territoriais detalhadas permitem identificar lacunas, priorizar ações e alocar recursos de maneira eficiente, aumentando a eficácia das políticas públicas.

A governança emerge como um elemento integrador essencial, especialmente em regiões de alta complexidade socioambiental, como a Amazônia. Estudos demonstram que somente quando há articulação entre órgãos públicos, sociedade civil e comunidades locais é possível transformar políticas declarativas em ações concretas que promovam sustentabilidade e desenvolvimento equilibrado.

A análise também evidencia que estratégias adaptativas e proativas são fundamentais para

aumentar a resiliência urbana frente a mudanças climáticas, eventos extremos e pressões socioeconômicas. A combinação de planejamento preventivo e corretivo, alinhada a indicadores e monitoramento contínuo, fortalece a capacidade das regiões de enfrentar desafios emergentes e garantir o uso sustentável dos recursos.

Portanto, o desenvolvimento sustentável no contexto do planejamento regional depende não apenas da criação de instrumentos legais, mas também da capacidade de execução, monitoramento, avaliação e retroalimentação contínua das políticas. A participação social e a integração entre diferentes níveis de governo são elementos-chave para transformar metas de sustentabilidade em resultados concretos.

Em síntese, os estudos analisados demonstram que a sustentabilidade regional é resultado de um esforço conjunto, que combina planejamento estratégico, governança inclusiva, uso eficiente de recursos, dados confiáveis e indicadores bem definidos. Essa abordagem integrada é capaz de promover desenvolvimento econômico, preservação ambiental e equidade social de forma simultânea.

Por fim, a relevância desta pesquisa reside em reforçar a necessidade de estratégias holísticas e adaptativas no planejamento regional, capazes de alinhar instrumentos legais, capacidades institucionais e participação social. Essa abordagem oferece subsídios importantes para gestores públicos, planejadores urbanos e pesquisadores interessados em desenvolver regiões mais equilibradas, resilientes e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- Damas, P. V. S.; Hirashima, S. Q. da S.; Ferreira, D. G. Os mapas climáticos urbanos de recomendações (UC-REMAP) no Brasil. In: v. 20 n. 3 (2024): Desenvolvimento Regional no Século XXI, Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, 2024. DOI: <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v20i3>
- Farias, J. A.; Monte, M. Dimensões da sustentabilidade em plano diretor urbano. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade, v. 13, n. 26, p. 34–52, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22292/mas.v13i26.1144>
- Kloth, C. G.; Staloch, R.; Goetten, W. J. Planejamento territorial e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: implementação de métricas para análise dos planos diretores dos municípios de Rio do Sul, Lontas e Presidente Nereu, Santa Catarina, Brasil. Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 13, n. 1, e21539, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5585/2024.21539>
- LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; BALDISSARELLI, J. M.; CERQUEIRA, H. de G.; BRITO, J. R. L.; GOMES, M. O.; CAMPOS, D. F. Gestão Socioambiental, Marketing

Verde e Legislação: o Papel do Regulamento Jurídico no Combate às Práticas de Greenwashing nas Organizações. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5145, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5145.

LIMA, L. A. de O.; BERNARDY, T. A. dos S.; BALDISSARELLI, J. M.; CERQUEIRA, H. de G.; BRITO, J. R. L.; GOMES, M. O.; CAMPOS, D. F. *Gestão Socioambiental, Marketing Verde e Legislação: o Papel do Regulamento Jurídico no Combate às Práticas de Greenwashing nas Organizações*. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 7, p. e5145, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i7.5145.

LIMA, L. A. de O.; DOMINGUES JUNIOR, P. L. GOMES, O. V. de O. SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO DE CATADORES DE RECICLÁVEIS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 9, 2025. DOI: 10.36692/V17N2-93R

LIMA, L. A. de O.; JAHNKE, J. F.; JESUS, E. L. de; PEREIRA, R.; RIBEIRO, C. M. G.; PEDRO, A. M. *Tecnologias de Informação e Comunicação na Globalização: Conexões, Desigualdades e Transformações Socioculturais*. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 8, p. e5222, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i8.5222.

LIMA, L. A. de O.; MANGONI, S. S.; VELEZ, W. M.; FILHO, C. R. C.; SANTOS, M. E. dos; BRITO, I. L. P.; RODRIGUES, P. D.; SOARES, A. R. N. *Meio Ambiente, Sustentabilidade e ESG: A Importância da Gestão Socioambiental para a Governança Ambiental, Social e Corporativa*. *Revista de Gestão e Secretariado*, [S. l.], v. 16, n. 9, p. e5247, 2025. DOI: 10.7769/gesec.v16i9.5247.

LIMA, L. A. de O.; SANTOS, A. F. dos; NUNES, M. M.; SILVA, I. B. da; GOMES, V. M. M. da S.; BUSTO, M. de O.; OLIVEIRA, M. A. M. L. de; JOÃO, B. do N. *Sustainable Management Practices: Green Marketing as A Source for Organizational Competitive Advantage*. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 4, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n4-087.

LIMA, L. A. de O.; SILVA, J. M. S. da; SANTOS, A. de O.; MARQUES, F. R. V.; LEÃO, A. P. da S.; CARVALHO, M. da C. L.; ESTEVAM, S. M.; FERREIRA, A. B. S. *The Influence of Green Marketing on Consumer Purchase Intention: a Systematic Review*. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo (SP), v. 18, n. 3, p. e05249, 2024. DOI: 10.24857/rgsa.v18n3-084.

Monteiro, R. R.; da Mata, C. C. I. B.; Padilha, N. S. *AdaptaCidades, ODS 11 e 13 e Mudanças Climáticas: desafios da Resiliência Urbana no Brasil*. *Revista Brasileira de Direito Urbanístico*, v. 11, n. 20, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55663/RBDU.v11.i20.ART20.BA>

Rocha Neto, J. M. *Mais um desafio: governança para o desenvolvimento da Amazônia*. *Gestão & Regionalidade*, v. 39, 2023. DOI: <https://doi.org/10.13037/gr.vol39.2023>

SILVA, ROBSON TAVARES DA ; LIMA, Lucas Alves de Oliveira; SILVA, ROBSON DIAS DA. *TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, DESENVOLVIMENTO E DESAFIOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0*. *Revista de Derecho y Câmbio Social*, v. 22, p. e3555, 2025. <https://doi.org/10.54899/dcs.v22i83.3555>

Zanini, P. H. F.; Pereira, A. W.; Pereira, R. S. Cidades sustentáveis e a agenda ambiental na administração pública brasileira. RISUS – Revista de Innovación y Sustentabilidad, v. 14, n. 2, p. 4–19, 2023. DOI: <https://doi.org/10.23925/2179-3565.2023v14i2p4-19>